



AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A

CNPJ: 01.274.240/0001-47

31 de Dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais

ATIVO		PASSIVO	
DESCRICOÃO	Nota	DESCRICOÃO	Nota
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalente de Caixa	5	Obrigações Trabalhistas	14
Títulos e Valores Mobiliários	5	Obrigações Sociais	14
Contas a Receber	6	Obrigações Tributárias	14
Adiantamentos Concedidos	7	Contas a Pagar	15
Antecipações a Empregados	8	Parcelamentos Federais	16
Tributos a Recuperar	9	Provisões Trabalhistas	17
Despesas Antecipadas	10	Subvenções de Investimentos a Realizar	18
Estoque	11	Cauções a Restituir	19
ATIVO NÃO CIRCULANTE		Créditos Vinculados Convênios	20
Realizável a Longo Prazo		PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Devedores com Vendas Compromissadas	12.1	Parcelamentos Federais	21
Devedores por Créditos Repassados	12.2	Contingências Judiciais	22
Unidades Residenciais	12.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Terrenos Edificações ou Urbanização	12.4	Capital Social	23.1
Impostos a Recuperar	12.5	(-) Capital a Integralizar	23.1
Obras em Andamento	12.6	Reservas de Lucros	23.2
Imobilizado		Resultados Acumulados	23.3
Bens Tangíveis	13.1		
(-) Depreciações Acumuladas	13.1		
Intangível			
Software	13.2		
(-) Amortizações Acumuladas	13.2		
TOTAL DO ATIVO		TOTAL DO PASSIVO	

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023, TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO O VALOR DE R\$ 685.467.916,42 (Seiscentos e Oitenta e Cinco Milhões, Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil, Novecentos e Dezesesseis Reais e Quarenta e Dois Centavos) ESTRUTURADAS CONFORME RESOLUÇÃO CFC Nº 1.374/2011.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DESCRICOÃO	Capital Subscrito	Capital Realizado Atualizado	Reserva de Capital Investimentos em Ações	Reservas de Capital Subvenção para Investimento	Resultado Acumulado	Total Geral
Saldo em 31/12/2021	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	13.485.425,67	(181.200.027,99)	19.541.815,71
Capital Subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-
Subvenção para Investimento	-	-	-	198.835.230,06	(198.835.230,06)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	111.361.215,59	111.361.215,59
Saldo em 31/12/2022	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	212.320.655,73	(268.674.042,46)	130.903.031,30
Capital Subscrito	-	-	-	-	-	-
Capital a Realizar	-	-	-	-	-	-
Subvenção para Investimento	-	-	-	414.195.854,48	(414.195.854,48)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	244.352.232,86	244.352.232,86
Saldo em 31/12/2023	196.133.567,16	(8.877.149,13)	-	626.516.510,21	(438.517.664,08)	375.255.264,16

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Nota Explicativa nº 23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

DESCRICOÃO	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	244.352.232,86	111.361.215,59
Ajustes de:		
Depreciação e Amortização	1.039.165,00	576.182,13
Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido	-	-
Variação no Capital Circulante e Não Circulante	(117.464.875,19)	259.125.919,05
Aumento/Redução em Contas a Receber	(43.831,54)	(250.862,94)
Aumento/Redução em Antecipações a Empregados	(107.604,92)	(7.589,53)
Aumento/Redução em Tributos a Recuperar	299.768,56	(528.879,45)
Aumento/Redução em Despesas Antecipadas	(7.482,01)	(1.511,54)
Aumento/Redução em Estoque	1.488,31	(13.409,57)
Aumento/Redução em Obrigações Trabalhistas	137.140,96	32.758,42
Aumento/Redução em Obrigações Sociais	924.904,98	754.025,28
Aumento/Redução em Obrigações Tributárias	53.085,99	(25.905,44)
Aumento/Redução em Contas a Pagar	604.520,26	(1.268.308,87)
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	(361.702,48)	40.207,32
Aumento/Redução em Provisões Trabalhistas	1.005.707,71	1.108.913,51
Aumento/Redução em Subvenções de Investimento a Realizar	(120.255.739,08)	258.391.117,68
Aumento/Redução em Cauções a Restituir	88,81	(138,97)
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	284.780,16	895.493,15
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	127.926.522,67	371.063.296,77
Atividades De Investimento		
Aquisição/Venda de Imobilizado	(1.376.205,93)	3.764.022,32
Baixa de Imobilizado	3.307,72	13.958,28
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.372.898,21)	3.777.990,60
Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução Devedores com Vendas Compromissadas	68.092,95	47.204,48
Aumento/Redução Unidades Residenciais	-	430.814,01
Aumento/Redução Terrenos Edificações ou Urbanização	93.339,36	(136.289,60)
Aumento/Redução Outros Devedores	-	26.675,94
Aumento/Redução Tributos a Recuperar	(347.344,74)	581.406,00
Aumento/Redução em Obras em Andamento	(249.990.788,68)	(109.519.303,68)
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	-	-
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	(79.943,59)	(392.856,37)
Aumento/Redução em Contingências Judiciais	386.964,28	2.529.092,17
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(249.869.680,42)	(106.433.257,05)
(=) (Redução)/Aumento Líquido nas Disponibilidades	(123.316.055,96)	268.408.030,32
Saldo de Caixa Início do Exercício	430.008.483,87	161.600.453,65
Saldo de Caixa Final do Exercício	306.692.427,91	430.008.483,87
(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial	(123.316.055,96)	268.408.030,32

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração dos Fluxos de Caixa - Nota Explicativa nº 25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DESCRICOÃO	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	244.352.232,86	111.361.215,59
Outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza (outras receitas e outras despesas abrangentes)	-	-
Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	244.352.232,86	111.361.215,59

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado Abrangente - Nota Explicativa nº 26.2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESCRICOÃO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.1	489.044.244,09	261.336.678,41
Receita de Alienação de Terrenos (a)		2.086.157,32	2.560.000,00
Receitas Brutas de Serviço (b)		4.526.544,61	3.637.993,37
Receita Ordinária Orçamentária (c)		68.235.687,68	56.303.454,98
Receitas Subvenção Econômica Investimentos (d)		414.195.854,48	198.835.230,06
(-) Impostos Incidentes e Devoluções (e)	24.1	(645.032,59)	(518.413,96)
(-) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	488.399.211,50	260.818.264,45
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24.2	(218.778.141,84)	(136.634.333,85)
Mão de Obra (a)		(46.803.395,49)	(32.143.004,94)
Serviços de Terceiros (b)		(6.094.182,12)	(4.108.142,16)
Outros Custos Operacionais (c)		(502.800,02)	(523.407,30)
Custos com Obras Administradas (d)		(350.128,69)	(3.122.886,38)
Serviços Aplicados (e)		(165.027.635,52)	(96.738.893,07)
(-) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		269.621.069,66	124.183.930,60
DESPESAS OPERACIONAIS	24.2	(26.351.832,39)	(18.212.309,42)
Despesas com Pessoal (a)		(11.846.761,88)	(8.492.084,15)
Serviço de Terceiros (b)		(1.919.405,19)	(916.834,67)
Despesas Gerais Administrativas (c)		(867.090,59)	(441.837,72)
Despesas Tributárias (e)		(181.695,21)	(336.913,42)
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais (f)		(11.536.879,52)	(8.024.639,46)
(-) RESULTADO OPERACIONAL		243.269.237,27	105.971.621,18
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	24.3	1.072.964,91	5.137.962,86
Receitas Financeiras		1.145.088,16	5.283.490,11
Despesas Financeiras		(72.123,25)	(145.527,25)
(-) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO		244.342.202,18	111.109.584,04
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	24.4	10.030,68	251.631,55
Receitas Não Operacionais		10.030,68	251.631,55
PROVISÃO IRPJ E CSLL		-	-
CSLL		-	-
IRPJ		-	-
(-) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.5	244.352.232,86	111.361.215,59

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DESCRICOÃO	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	489.133.916,04	262.847.654,33
Receita de Alienação de Terrenos	2.086.157,32	2.560.000,00
Receitas Brutas de Serviço	4.526.544,61	3.637.993,37
Receita Ordinária Orçamentária	68.235.687,68	56.303.454,98
Receita Subvenção Econômica	414.195.854,48	198.835.230,06
Investimentos	89.671,95	1.510.975,92
Outras Receitas	185.477.991,54	114.753.346,98
(-) JINSMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	174.761.242,13	105.850.001,30
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	753.435,52	721.939,13
Perda/Recuperação de Valores Ativos	9.891.190,64	8.035.879,30
Outras Despesas	72.123,25	145.527,25
Despesas Financeiras	303.655.924,50	148.094.307,35
(-) VALOR ADICIONADO BRUTO	971.894,63	526.165,40
(-) RETENÇÕES	971.894,63	526.165,40
Depreciação e Amortização	971.894,63	526.165,40
(-) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	302.684.029,87	147.568.141,95
PRODUTO PELA ENTIDADE		
(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO	1.145.088,16	5.283.490,11
EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas Financeiras	1.145.088,16	5.283.490,11
(-) VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIR	303.829.118,03	152.851.632,06
(+) DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	303.829.118,03	152.851.632,06
Pessoal e Encargos	58.650.157,37	40.635.089,09
Impostos, Taxas e Contribuições	826.727,80	855.327,38
Lucros Retidos/Prejuízos do Exercício	244.352.232,86	111.361.215,59

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Valor Adicionado - Nota Explicativa nº 26.1

Goiania-Goiás, 31 de dezembro de 2023

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga Adailton Ferreira Trindade
CPF: 873.422.351-72 Presidente CPF: 317.250.151-53 Diretor Financeiro

Vinicius Ferreira de Lima Wendel Garcia da Silva
CPF: 932.902.921-34 Diretor Administrativo CPF: 042.508.011-01 Vice-Presidente

Sirlei Aparecida da Guia Yuri Bem Hur da Rocha Tejeta
CPF: 348.640.831-34 Diretora Técnica CPF: 307.362.181-76 Diretor de Governança e Transparência

Kamilla Guimarães Rodrigues
CPF: 913.946.431-87 Contadora CRC GO 017564/O-8

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2023

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2023

1. INFORMAÇÕES GERAIS

AGÊNCIA GOIANA DE HABITAÇÃO S/A, adiante denominada AGEHAB, uma sociedade por ações capital fechado, de economia mista, integrante da administração indireta do Estado de Goiás, sucedânea da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE GOIÁS - COHAB-GO, criada na forma do Decreto Lei Estadual nº 226, de 03 de julho de 1970 e lei Municipal de Goiás nº 4.652, de 29 de dezembro de 1972, transformada na Agência Goiana de Habitação, através da Lei Estadual nº 13.532, de 15 de outubro de 1999, sendo credenciada para administrar a carteira habitacional pertencente ao Estado de Goiás e, subordinada ao controle acionário do Governo de Goiás, se reger-se-á pelo presente Estatuto e pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei Federal nº 1.330, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto Estadual nº 8.801, de 10 de novembro de 2016.

A AGEHAB é uma sociedade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, jurisdicionada a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SEINFRA. SEDE para todos os efeitos jurídicos, tem sede e foro na cidade de Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 18-A, nº 541, Quadra 31-A, Lote 20/21, Setor Aeroporto, CEP: 74070-080 e jurisdição em todo território nacional.

Diretoria Executiva Atual
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga - Presidente
Wendel Garcia da Silva - Vice-Presidente
Sirlei Aparecida da Guia - Diretora Técnica
Vinicius Ferreira Lima - Diretor Administrativo
Adailton Ferreira Trindade - Diretor Financeiro
Yuri Bem Hur da Rocha Tejeta - Diretor de Governança e Transparência

Secretaria Executiva - AGEHAB
Gilsa Eva de Souza Costa - Secretária Executiva de Suporte à Presidência
Rodrigo Augusto Ramos de Azevedo - Secretária Executiva de Planejamento e Projetos Habitacionais

Conselho de Administração
Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga Priscilla N. de Sousa
Bernardo Teles Machado João Vítor L. de Brito
Daniilo Caetano Soares Cardoso Débora Cristina X. Lopes
Alex Godinho Martins

Conselho Fiscal
Aparecida De Fátima G. Soares Pereira Francisco Sérvulo F. Nogueira
Ronaldo Dutra Baia

LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS

LEI Nº 21.217, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021 Altera a Lei nº 14.542, de 30 de setembro de 2003, e a Lei nº 16.559, de 26 de maio de 2009.

LEI Nº 21.232, DE 11 DE JANEIRO DE 2022 Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2022.

LEI Nº 21.527, DE 26 DE JULHO DE 2022 Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976 Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

LEI Nº 4.320 DE 17 DE MARÇO DE 1964 Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do distrito federal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101 DE 4 DE MAIO DE 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

2. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

Objetivo Institucional

A AGEHAB tem como atividade finalística a execução das políticas públicas, programas e

ações voltadas ao direito de habitação, bem como a regularização fundiária, especialmente da população que não dispõe de meios para prover as suas necessidades habitacionais.

Eixo: Goiás da Inclusão

Objetivo Estratégico: Proteção Social

Programa: Moradia como base da cidadania

Ações	ENTREGAS			Fontes Orçamentárias
	2023	2022	2021	
Equipamentos Comunitários	7	12	2	Crédito Parceria (Entregues)
Construção de Unidades Habitacionais	2.009	1.707	1.505	Crédito Parceria
Pra ter Onde Morar - Auxílio Moradia	47.933	38.183	3.035	Protege
Moradia Legal - Regularização Fundiária	1.633			

Table with financial data: Saldo 31/12/2022, Construção de UH, Aluguel Social, Regularização Fundiária, Empenhos Cancelados, Saldos utilizados 01/01 a 31/12/2023, Transferência (Tesouro Estadual) dos Saldos Empenhados em 2023, Saldo Restos a Pagar em 31/12/2023.

6. Clientes – Contas a Receber Operacional

Table with columns: DESCRIÇÃO, 31/12/2023, 31/12/2022. Rows include Contas a Receber Operacionais, Prestações a receber Conjuntos e Loteamentos (a), Secretaria da Economia do Estado de Goiás (b), Tesouro Estado de Goiás (c), Perdas com créditos de Liquidação Duvidosa (d).

a) Refere-se às Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75º de 29/01/2010.

a.1As amortizações das parcelas são calculadas pelo Sistema Tabela Price. a.2Os juros incidentes sobre as parcelas do preço, serão calculadas sobre o saldo devedor na razão e 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

a.3A atualização monetária sobre o saldo devedor, será sempre calculada mensalmente, tomando por base o índice de reajuste da Taxa Referencial (TR), ou outro que venha substituí-lo, por decisão governamental.

a.4O valor da dívida vendida, atualizada monetariamente até o próximo aniversário do contrato, acrescida de ônus adicional à taxa que vigorar na data do pagamento, de acordo com regulamentação do BACEN, sendo juros contratuais de 5% a 6%.

b) Refere-se Contrato de Prestação de Serviço de Gestão da Carteira Habitacional do Estado de Goiás, Nota Fiscal 6513 emitida em 29/12/2023 para Secretaria de Estado da Economia recebido dia 19/01/2024 no valor líquido de R\$ 351.851,00 (Trezentos e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais) através da Ordem de Pagamento 2023.1704.005.00005.029, processo 202300004005586.

c) referem-se aos valores emitidos através de Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais (Dare's) referente Taxas expediente no valor de R\$ 1.550,00 (Hum Mil, Quinhentos e Cinquenta Reais) e Prestações dos Contratos no valor de R\$ 3.243,76 (Três Mil, Duzentos e Quarenta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos) recebidos em 16/01/2023.

d) A provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa, referente aos títulos vendidos a mais de 180 dias. A administração da Agência Goiana de Habitação S/A optou pela não execução judicial dos mutuários, ocorrendo renegociações individuais, sendo assim a forma de provisão de liquidação duvidosa considerada são os títulos vencidos a mais de 180 dias utilizando o método fiscal.

7. Adiantamento Concedido a Obras Administradas Os adiantamentos concedidos a obras administradas pela AGEHAB, são oriundos de repasse efetuados através de recursos próprios (AGEHAB) para as contas correntes das obras vinculadas a convênio CEF/FGTS e obras diretas para subsidiar serviços, materiais, salários, impostos e outros custos aplicados na construção das unidades habitacionais.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Adiantamentos Concedidos a Obras Empréstimo - João Paulo II - 1ª e 2ª Etapa R\$ 7.418.857,36 R\$ 7.418.857,36

Empréstimo - Água Fria - II Etapa R\$ 1.428.591,90 R\$ 1.428.591,90 Empréstimo - Real Conquista R\$ 225.416,51 R\$ 225.416,51

Empréstimo - Damianópolis - Setor Aeroporto R\$ 929.214,59 R\$ 929.214,59 6.1. Os valores contabilizados em Adiantamento de Obras são oriundos da utilização do recurso próprio da AGEHAB em períodos anteriores (Integralização de Capital) para pagamento das medições para não ocorrer atrasos, até a liberação do RECURSO/FGTS.

6.2. Considerando que nos termos de Cooperação e Parceira CAIXA menciona que na clausula terceira - DOS RECURSOS - Os recursos a serem utilizados para consecução do objeto deste Termo são provenientes de linhas de financiamento com recursos do FGTS-Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e recursos próprios da Entidade Organizadora, a título de contrapartida, representados pelo aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços para produção de unidades habitacionais.

A AGEHAB tem previsão legal para utilização do RECURSO PRÓPRIO para custear o término das obras, após o término definitivo das obras principalmente nos encerramentos das contas correntes, ocorrerá as devidas compensações das sobras dos saldos financeiros com os valores contabilizados em adiantamentos.

8. Antecipações a empregados Refere-se aos pagamentos ocorridos até 31/12/2023 de antecipação de férias conforme previsão na legislação trabalhista, cujos os respectivos descontos ocorrerão nos períodos subsequentes, devidamente controlados.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Antecipações a Empregados R\$ 322.673,58 R\$ 215.068,66 Férias R\$ 322.673,58 R\$ 215.068,66

9. Tributos a Recuperar Refere-se ao Saldo Negativo do Imposto de Renda oriundo de IRRF sobre Contas de Investimento e IRRF Retido da nota fiscal emitida para Secretaria de Estado da Economia.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Tributos Municipais e Federais R\$ 347.761,64 R\$ 647.530,20 IRRF sobre Aplicação Financeira/Poupança (a) R\$ 156.848,98 R\$ 557.833,82

IRRF Sobre Serviços Prestado (b) R\$ 144.747,66 R\$ 54.001,56 Parcelamento INSS Pago indevidamente (c) R\$ 0,00 R\$ 11.886,89 IRRF Sobre Adiantamento de Férias (d) R\$ 46.165,00 R\$ 23.807,93

a) Refere-se Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) das Contas Investimentos. Conta Aplicação 341/4423/3539-5 R\$ 0,01

Conta Aplicação 301997-8 Parque Atheneu FI Safira R\$ 61.314,65

Conta 39-7 Poupança FCVS R\$ 1.470,02

Conta 40-0 Poupança Empreendimentos R\$ 7.106,30

Conta 41-9 Poupança Real Conquista R\$ 4.600,76

Conta 42-7 Poupança Damianópolis R\$ 7.114,91

Conta 43-5 Poupança Água Fria R\$ 12.268,03

Conta 44-3 João Paulo R\$ 33.800,26

Conta João Paulo II 1625-4 FIC Fácil simples R\$ 29.112,60

Conta 282-2 Gestão Condominial R\$ 56,46

Conta 47-8 - Poupança Trabalho Social Vera Cruz R\$ 4,31

Conta 48-6 - Poupança Trabalho Gestão Condominial R\$ 0,67

TOTAL R\$ 156.848,98

b) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre Serviço Prestado os serviços Prestados da Carteira Habitacional do Estado de Goiás.

Data Documento Valor 30/01/2023 Nota Fiscal 6134 R\$ 4.500,13

27/02/2023 Nota Fiscal 6176 R\$ 4.500,13

30/03/2023 Nota Fiscal 6195 R\$ 5.851,18

28/04/2023 Nota Fiscal 6220 R\$ 5.851,18

30/05/2023 Nota Fiscal 6278 R\$ 5.851,18

29/06/2023 Nota Fiscal 6319 R\$ 5.851,18

31/07/2023 Nota Fiscal 6366 R\$ 18.123,78

29/08/2023 Nota Fiscal 6407 R\$ 18.123,78

29/09/2023 Nota Fiscal 6435 R\$ 18.123,78

30/10/2023 Nota Fiscal 6461 R\$ 18.123,78

29/11/2023 Nota Fiscal 6486 R\$ 18.123,78

29/12/2023 Nota Fiscal 6513 R\$ 18.123,78

TOTAL R\$ 144.147,66

c) O valor de R\$ 11.886,89, o crédito foi deferido através do Processo Administrativo 10120.731344/2019-70 e Perdi/Comp nº 32151.59986.230123.1.2.16-0006. O Valor foi devidamente restituído no dia 13/09/2023 corrigido monetariamente.

Processo : 10120-731.344/2019-70 Interessado : AGENCIA GOIANA DE HABITACAO S/A



Assunto: Autorização para Emissão de Ordem Bancária

Nos termos da legislação vigente, mediante consulta aos sistemas de processamento eletrônico de dados, em 13/09/2023, verificou-se que o contribuinte encontra-se em situação regular perante a Fazenda Nacional.

Estando o presente processo devidamente instruído, proponho que seja autorizada a emissão da(s) Ordem(m) Bancária(s) no valor total de R\$ 15.764,39 em favor do contribuinte AGENCIA GOIANA DE HABITACAO S/A - CNPJ: 01.274.240/0001-47, na conta bancária Banco 104, Agência 4204, Conta Corrente 8685.

Table with columns: Número, Valor. Row: 2023OP004247, 15.764,39

d) Refere-se ao Imposto de Renda sobre férias recolhidos na competência do pagamento e serão descontados dos servidores nos respectivos períodos de gozo.

10. Despesas Antecipadas Refere-se a objetivando uma proteção mais abrangente de seus bens, a Agehab contratou Seguro Predial conforme Apólice: 0118.14.48.394-3 Vigência 06/11/2023 a 06/11/2024, processo 202300031006109.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Despesas Antecipadas R\$ 8.993,55 R\$ 1.511,54 Seguros a apropriar R\$ 8.993,55 R\$ 1.511,54

11. Estoque de bens (CONSUMO INTERNO) Refere-se ao estoque de materiais de escritório e de limpeza destinados ao consumo interno. São avaliados ao custo médio de aquisição, realizado inventário em 29/12/2023 (processo 202300005020315 documento 55214359)

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Estoque de Consumo R\$ 67.070,70 R\$ 68.559,01 Almoarifado R\$ 67.070,70 R\$ 68.559,01

Conta Patrimonial Descrição da Conta Patrimonial Total 1.1.5.6.1.01.08.00.00 MATERIAL DE LIMPEZA 29.333,09

1.1.5.6.1.01.09.00.00 E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO 394,67

1.1.5.6.1.01.29.00.00 MATERIAL DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO 11.096,86

1.1.5.6.1.02.01.00.00 EAFINS 164,28

1.1.5.6.1.07.01.00.00 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS 26.081,80

Total Geral 67.070,70

Não é realizado provisão para perdas, representam itens de pequenos valores, com alta rotatividade e não há obsolescência.

ATIVO NÃO-CIRCULANTE 12. Realizável a Longo Prazo 12.1 Devedores por Vendas Compromissadas - Refere-se a Prestações a receber dos bens imóveis comercializados no Conjunto Habitacional Parque Atheneu, Acalanto, Vila Sol Dourado e Vera Cruz, conforme Ata AGE nº 75º de 29/01/2010.

Valores a receber dos mutuários classificados no Ativo Não Circulante - Realizável a Longo Prazo.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Conjuntos Habitacionais R\$ 124.608,88 R\$ 192.701,83

Conjunto Habitacional Parque Atheneu R\$ 124.608,88 R\$ 192.701,83

Conforme nota explicativa nº 05 12.2 Devedores por Créditos Repassados Crédito com a Prefeitura de Anápolis atualizados pelo índice UPC (Unidade Padrão de Capital), refere-se aos valores repassados para construção de infraestrutura de conjunto habitacional Vila Formosa no município de Anápolis, contrato renegociado em 19/01/1973.

DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Infraestrutura de Conjuntos R\$ R\$ Prefeitura Municipal de Anápolis (a) R\$ 6.647.028,67 R\$ 6.359.637,02

(-) Provisão para perdas de Crédito de Liquidação Duvidosa (b) R\$ 6.647.028,67 R\$ 6.359.637,02

a) O valor da dívida é atualizado monetariamente conforme Unidade Padrão Capital (UPC), anualmente, processo 202100031001294.

b) Em observância aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nºs 38 e 48, foi constituído provisão para perdas de crédito de liquidação duvidosa;

c) Execução de Título Executivo Extrajudicial (protocolo nº 5770797-59.2022.8.09.0006) em face do Município de Anápolis, distribuído à Vara de Fazenda Pública Municipal, processo 202100031000578.

12.3 Unidades Residenciais de Programas de Governo, no município de Senador Canedo e Aparecida de Goiânia: DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022 Quantidade

Unidades Residenciais R\$1.129.756,77 R\$1.129.756,77

Conjunto Sabia em Senador Canedo R\$953.012,33 R\$ 953.012,33 73 UH

Conjunto Planície R\$ 176.744,44 R\$ 176.744,44 16 UH em Aparecida de Goiânia

No Exercício Social de 2018, foram realizadas doações dos imóveis localizados no município de Senador Canedo - Conjunto Sabia e no Exercício Social de 2022, foram registradas escrituras em nome dos donatários, portanto ocorreram as baixas patrimoniais.

Realizado inventário em Dezembro de 2023 conforme processo 202300005020315.

12.4 Terrenos Destinados Edificações ou Urbanização DESCRIÇÃO 31/12/2023 31/12/2022

Terrenos Destinados à Edificações ou Urbanização R\$ 2.224.352,37 R\$ 2.317.691,73

Santos Dumont R\$ 54.655,68 R\$ 54.655,68

Conjunto Vera Cruz R\$ 2.169.696,69 R\$ 2.263.036,05

12.4.1 Conjunto Santos Dumont que corresponde 05 (cinco) Lotes.

LOCALIDADE QD. LOTE RUA VLR.M2 M2 Valor Contábil

CONJUNTO SANTOS DUMONT 114 5 Rua 04 550 18,72 R\$ 10.296,00

CONJUNTO SANTOS DUMONT 116 15 Rua 10 450 18,72 R\$ 8.424,00

CONJUNTO SANTOS DUMONT 116 16 Rua 10 450 18,72 R\$ 8.424,00

CONJUNTO SANTOS DUMONT 116 17 Rua 10 573,1 18,72 R\$ 20.364,38

CONJUNTO SANTOS DUMONT 116 18 Rua 19 380,32 18,72 R\$ 7.147,30

TOTAL R\$ 54.655,68

12.4.2 Conjunto Vera Cruz Terrenos destinados à Edificações no valor contábil de R\$ 2.169.696,69 (Dois Milhões, Cento e Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Seis Reais e Sessenta e Nove Centavos) referente aos valores originais dos lotes localizados no Conjunto Vera Cruz no município de Goiânia.

Em cumprimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1428/2013 regulamentada pela NBC TG 46 - Mensuração do Valor Justo, foram realizadas avaliações ao valor justo, mas não foram reconhecidos pelo motivo que estes lotes serão construídos moradias de interesse social destinadas às famílias de baixa renda.

No Exercício Social de 2022 foram destinados os blocos nº 132 a 145 para construções de Unidades Habitacionais Empreendimento Ipê Roxo.

Município Matrícula CRI Logradouro Quadra

GOIÂNIA 193726 1º RUA VC-21B BLOCO 132

GOIÂNIA 193727 1º RUA VC-21B BLOCO 133

GOIÂNIA 193713 1º RUA VC-21A BLOCO 119 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193714 1º RUA VC-21A BLOCO 120 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193715 1º RUA VC-21A BLOCO 121 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193716 1º RUA VC-21A BLOCO 122 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193717 1º RUA VC-21A BLOCO 123 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193718 1º RUA VC-21A BLOCO 124 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193719 1º RUA VC-21B BLOCO 125 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193720 1º RUA VC-21B BLOCO 126 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193721 1º RUA VC-21B BLOCO 127 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193722 1º RUA VC-21B BLOCO 128 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193723 1º RUA VC-21B BLOCO 129 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193724 1º RUA VC-21B BLOCO 130 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193725 1º RUA VC-21B BLOCO 131 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193726 1º RUA VC-21B BLOCO 132 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193727 1º RUA VC-21B BLOCO 133 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193713 1º RUA VC-21A BLOCO 119 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193714 1º RUA VC-21A BLOCO 120 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193715 1º RUA VC-21A BLOCO 121 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193716 1º RUA VC-21A BLOCO 122 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193717 1º RUA VC-21A BLOCO 123 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193718 1º RUA VC-21A BLOCO 124 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193719 1º RUA VC-21B BLOCO 125 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193720 1º RUA VC-21B BLOCO 126 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193721 1º RUA VC-21B BLOCO 127 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193722 1º RUA VC-21B BLOCO 128 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193723 1º RUA VC-21B BLOCO 129 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193724 1º RUA VC-21B BLOCO 130 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193725 1º RUA VC-21B BLOCO 131 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193726 1º RUA VC-21B BLOCO 132 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193727 1º RUA VC-21B BLOCO 133 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193713 1º RUA VC-21A BLOCO 119 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193714 1º RUA VC-21A BLOCO 120 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193715 1º RUA VC-21A BLOCO 121 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193716 1º RUA VC-21A BLOCO 122 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193717 1º RUA VC-21A BLOCO 123 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193718 1º RUA VC-21A BLOCO 124 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193719 1º RUA VC-21B BLOCO 125 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193720 1º RUA VC-21B BLOCO 126 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193721 1º RUA VC-21B BLOCO 127 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193722 1º RUA VC-21B BLOCO 128 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193723 1º RUA VC-21B BLOCO 129 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193724 1º RUA VC-21B BLOCO 130 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193725 1º RUA VC-21B BLOCO 131 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193726 1º RUA VC-21B BLOCO 132 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193727 1º RUA VC-21B BLOCO 133 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193713 1º RUA VC-21A BLOCO 119 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193714 1º RUA VC-21A BLOCO 120 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193715 1º RUA VC-21A BLOCO 121 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193716 1º RUA VC-21A BLOCO 122 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193717 1º RUA VC-21A BLOCO 123 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193718 1º RUA VC-21A BLOCO 124 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193719 1º RUA VC-21B BLOCO 125 R\$ 7.407,89

GOIÂNIA 193720 1º RUA VC-21B BLOCO 126 R\$ 7.407,89

18. Subvenções Econômicas de Investimento a Realizar	31/12/2023	31/12/2022
DESCRiÇÃO		
Subvenções de Investimento a Realizar	R\$292.343.011,91	R\$412.598.750,99
Fonte Orçamentária Protege		
Restos a Pagar	RS 292.343.011,91	RS 412.598.750,99

Os valores disponíveis no dia 31/12/2023 no total de R\$ 292.343.011,91 (Duzentos e Noventa e Dois Milhões, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Onze Reais e Noventa e Um Centavos) da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para às ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Será reconhecida como RECEITA conforme os pagamentos das medições conforme regime de Competência e cumprindo o ITEM 12 Do Comitê de Pronunciamento Contábil nº 07 Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições deste Pronunciamento. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.

19. Cauções a restituir
DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
Caução a restituir R\$1.483,37 R\$1.394,56
(a) Refere-se aos depósitos cauções conforme cláusulas contratuais.

20. Créditos para Recursos Vinculados
Os Créditos são Recursos Vinculados à Fonte Orçamentária Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais, Equipamentos Comunitários e pagamentos de serviços sociais.

São saldos financeiros vinculados aos Convênios ativos às Contas Correntes, Aplicações Financeiras e Poupança referente aos termos de Cooperação e Parceria CAIXA para construção dos empreendimentos João Paulo II, Água Fria e Damianópolis e Trabalho Social e Gestão Condominial do Nelson Mandela, que serão baixados conforme a utilização dos mesmos.

DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
Créditos para Recursos Vinculados R\$ 4.907.226,60 R\$ 4.622.446,44
Programas Construção Unidades Habitacionais R\$ 4.580.282,48 R\$ 4.228.013,25
Convênio Ministério das Cidades R\$ 326.944,12 R\$ 394.433,19
e Caixa Econômica Federal/FAR

PASSIVO NÃO-CIRCULANTE
21. PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
Tributos Parcelados Passivo Não-Circulante Longo Prazo
Conforme Nota Explicativa nº 16

DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
Tributos Parcelados R\$78.411,32 R\$ 440.113,80
Lei nº 11.941/2009 (a) R\$ - R\$ 13.182,60
Parcelamento Simplificado PIS (b) R\$1.411,32 R\$ 7.684,32
Parcelamento Simplificado COFINS © R\$6.689,60 R\$ 36.423,36
Parcelamento INSS Patronal 2018 © R\$70.310,40 R\$ 382.823,52

DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
Tributos Parcelados R\$ - R\$ 79.943,59
Lei nº 11.941/2009 R\$ - R\$ 8.788,40
Parcelamento Simplificado PIS R\$ - R\$ 1.280,71
Parcelamento Simplificado COFINS R\$ - R\$ 6.070,56
Parcelamento INSS Patronal 2018 R\$ - R\$ 63.803,92

TOTAL R\$78.411,32 R\$ 520.057,39
22. PASSIVOS CONTINGENTES
PASSIVO PROVÁVEL

A AGEHAB é parte integrante de diversos processos com causas cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis de perdas pela Assessoria Jurídica, devidamente provisionadas de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil nº 25.

DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
Provisões para Contingências R\$ 4.869.957,91 R\$ 4.482.993,63
Provisões para Contingências Processos Cíveis e Fiscais R\$ 2.242.000,00 R\$ 1.777.000,00
Provisões para Contingências Processos Trabalhistas R\$ 2.627.957,91 R\$ 2.705.993,63

PASSIVO POSSÍVEL
A AGEHAB é parte integrante de 105 (Cento e Cinco) processos com causas cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como possíveis de perdas pela Assessoria Jurídica, conforme determina o CPC 25, totalizando o valor de R\$ 10.840.519,73 (Dez Milhões, Oitocentos e Quarenta Mil, Quinhentos e Dezenove Reais e Setenta e Três Centavos).

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
O Patrimônio Líquido no valor de R\$ 375.255.264,16 (Trezentos e Setenta e Cinco Milhões, Duzentos e Cinquenta e Cinco Mil, Duzentos e Sessenta e Quatro Reais e Dezesseis Centavos), está demonstrado com as seguintes contas:

23.1 Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 187.256.418,03, sendo ações ordinárias nominativas com valor unitário por ação de R\$ 1,00 (um real), sendo o Governo do Estado de Goiás acionista majoritário com 99,952764975% das ações, o valor a integralizar é de R\$ 8.877.149,13, sendo capital subscrito de R\$ 196.133.567,16.

23.2 Constituída Reservas de LUCROS classificadas SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS no valor de R\$ 626.516.510,21 (Seiscentos e Vinte e Seis Milhões, Quinhentos e Dezesseis Mil, Quinhentos e Dez Reais e Um Centavo) referem-se aos valores recebidos da fonte orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programa de governo PROGRAMA MORADIA COMO BASE DA CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social, gerando benefícios sociais a população goiana.

DESCRiÇÃO 2023 Movimentações
Reservas de Lucros R\$ 626.516.510,21 R\$ 414.195.854,48 R\$ 212.320.655,73
Recursos Convênios Federais referente aos contratos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

23.3 Composição do Patrimônio Líquido
DESCRiÇÃO 31/12/2023 31/12/2022
PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$ 375.255.264,16 R\$ 130.903.031,30
Capital Social R\$ 187.256.418,03 R\$ 187.256.418,03
Ações R\$ 187.256.418,03 R\$ 187.256.418,03
Integralizado R\$ 187.256.418,03 R\$ 187.256.418,03
Capital Subscrito R\$ 196.133.567,16 R\$ 196.133.567,16
Capital Subscrito a Integralizar -R\$ 8.877.149,13 -R\$ 8.877.149,13
Reservas R\$ 626.516.510,21 R\$ 212.320.655,73
Reservas de Lucros R\$ 626.516.510,21 R\$ 212.320.655,73
Subvenção para Investimento R\$ 626.516.510,21 R\$ 212.320.655,73
Resultado de Apuração -R\$ 438.517.664,08 -R\$ 268.674.042,46
Prejuízos Acumulados -R\$ 268.674.042,46 -R\$ 181.200.027,99
Resultado do Exercício -R\$ 169.843.621,62 -R\$ 87.474.014,47

23.4 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 2023
O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de R\$ 244.352.232,86 reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de R\$ 414.195.854,48, apura-se um prejuízo fiscal de R\$ 169.843.621,62.

Apurado Lucro no Exercício Social de 2023 de R\$ 244.352.232,86 considerando as Receitas (Arrecadadas, Ordinária e Subvenção para Investimento) reduzindo os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro.

O Resultado Contábil Fiscal para fins de Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ 169.843.621,62, após a classificação da Reserva de Lucros, não há dividendos obrigatórios a serem distribuídos.

Cumprindo assim o artigo 30 da Lei 12.973/2014.
Art. 30. As subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros a que se refere o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que somente poderá ser utilizada para: (Vigência) I - absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou

II - aumento do capital social
24. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
24.1 RECEITA OPERACIONAL BRUTA E LÍQUIDA

DESCRIÇÃO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.1	489.044.244,09	261.336.678,41
Receita de Alienação de Terrenos (a)		2.086.157,32	2.560.000,00
Receitas Bruta de Serviço (b)		4.526.544,61	3.637.993,37
Receita Ordinária Orçamentária (c)		68.235.687,68	56.303.454,98
Receitas Subvenção Econômica Investimentos (d)		414.195.854,48	198.835.230,06

(-)-Impostos Incidentes e Devoluções (e)
 24.1 | (645.032,59) | (518.413,96) |

(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA **24.1** | **488.399.211,50** | **260.818.264,45** |

a) Receita de Alienação de Terrenos refere-se à fração de valor recebida em conta corrente específica das alienações de Terrenos Urbanos situado no Conjunto Vera Cruz em Goiânia para construções de Unidades Habitacionais (apartamentos) referente ao Empreendimento Ipê Amarelo.

b) Receita Arrecadada refere-se ao contrato prestação de serviço para gerir a Carteira Habitacional do Estado de Goiás e prestação de serviço registros documentais.

c) Receita Ordinária oriundo do tesouro do Estado de Goiás para subsidiar as despesas com pessoal e manutenção.

d) Receita de Subvenção de Investimento oriundo do Tesouro do Estado de Goiás para subsidiar programas de governo MORADIA COMO BASE DE CIDADANIA para Construção e Reforma de Unidades Habitacionais, Regularização Fundiária e Aluguel Social e da União através da Convênios Federais referente aos termos de parcerias União/CEF com utilização de recurso do FGTS para subsidiar Construção de Unidades Habitacionais e Equipamentos Comunitários.

Equipamentos Comunitário.
e) Os impostos Incidentes sobre a Receita são ISS – Imposto sobre serviço, PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Fins da Seguridade Social, apurados sobre a Receita Bruta de Serviços.

CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	24.2	(218.778.141,84)	(136.634.333,85)
Mão de Obra (a)		(46.803.395,49)	(32.143.004,94)
Serviços de Terceiros (b)		(6.094.182,12)	(4.108.142,16)
Outros Custos Operacionais (c)		(502.800,02)	(523.407,30)
Custos com Obras Administradas (d)		(350.128,69)	(3.122.886,38)
Serviços Aplicados (d)		(165.027.635,52)	(96.736.893,07)

(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO **269.621.069,66** | **124.163.930,60** |

DESPESAS OPERACIONAIS	24.2	(26.351.832,39)	(18.212.309,42)
Despesas com Pessoal (a)		(11.846.761,88)	(8.492.084,15)
Serviço de Terceiros (b)		(1.919.405,19)	(916.834,67)
Despesas Gerais Administrativas (c)		(867.090,59)	(441.837,72)
Despesas Tributárias (e)		(181.695,21)	(336.913,42)
Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais (f)		(11.536.879,52)	(8.024.639,46)

a) Gastos com Pessoal refere-se ao custo com os Servidores Efetivos, Comissionados, Diretoria Executiva, conselheiros, incluídos as verbas salariais, encargos sociais e provisões conforme determina as legislações, subsidiado pelo Governo do Estado de Goiás através da Receita Ordinária e Receita Arrecadada, apropriados conforme regime de competência segregados por Custos e Despesas. Considerando Custos, os servidores ligados na operação ou seja os servidores que executam atividades nos Programas Sociais e Despesas são os servidores ligados na manutenção dos atos administrativos.

b) Serviços de Terceiros segregados de Custo e Despesa refere-se aos serviços prestados por pessoa jurídica, manutenção de software, locações de veículos, locações de bens para eventos, serviços de limpeza e conservação, serviços de portaria e vigilância, locação de bens imóveis.

c) Outros Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas referem-se a despesas de custo, como diárias, materiais em gerais, energia, água e esgoto, telefonia, internet

d) Os Custos com Obras e Serviços Aplicados de Programas Habitacionais referem-se aos pagamentos de regularização fundiária, aluguel social, serviço técnico social subsidiados com recurso do tesouro estadual e Convênio Federal/CAIXA, classificadas como SUBVENÇÃO DE INVESTIMENTO, Custo no Termo de Unidades Habitacionais através de doações e custo na alienação de Terrenos Urbanos.

e) Tribulárias referem-se ao pagamento IOF, PIS, COFINS, IPTU e ITU, outras taxas estaduais e municipais.

f) Outras Receitas refere-se a indenização oriunda de processo judicial, recuperação de Despesa, reversão de crédito de liquidação duvidosa e Outras Despesas referem-se a depreciação/amortização/provisões judiciais(contingências) e reversão financeira oriunda do Tesouro do Estado de Goiás.

24.3 Receitas e Despesas Financeiras
Refere-se as despesas com tarifas bancárias, atualizações monetárias, juros e multas, encargos dos parcelamentos em contrapartida às receitas financeiras que são os rendimentos das aplicações financeiras, atualizações de contratos e taxas de juros aplicadas.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO **24.3** | **1.072.964,91** | **5.137.962,86** |

Receitas Financeiras 1.145.088,16 5.283.490,11
Despesas Financeiras (72.123,25) (145.527,25)

24.4 Receitas Não Operacionais
RESULTADO NÃO OPERACIONAL **24.4** | **10.030,68** | **251.631,55** |

Receitas Não Operacionais 10.030,68 251.631,55

Refere-se a recuperação judicial oriundo de processo tramitado em julgado a favor da Agência Goiana de Habitação S/A.
24.5 Apuração Após Resultado Líquido do Exercício Social 2023
O Resultado do Exercício obtido pelas operações da empresa de R\$ 244.352.232,86 reduzindo a Reserva de lucros decorrente da subvenção para investimento no valor de R\$ 414.195.854,48, apura-se um prejuízo fiscal de R\$ 169.843.621,62.

Apurado Lucro no Exercício Social de 2023 de R\$ 244.352.232,86 considerando as Receitas (Arrecadadas, Ordinária e Subvenção para Investimento) reduzindo os Custos e Despesas Operacionais e o Resultado Financeiro.

O Resultado Contábil Fiscal para fins de Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social de R\$ 169.843.621,62, após a classificação da Reserva de Lucros, não há dividendos obrigatórios a serem distribuídos.

25. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Método Indireto
A Demonstração de FLUXO DE CAIXA – DFC é obrigatória conforme determina a Lei Federal nº 11.638.2007 e item 3.17 da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixa do Exercício Social de 2023 classificados por Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

Atividades Operacionais
A geração do Fluxo de Caixa na Atividade Operacional no valor de R\$ 127.926.522,67 (Cento e Vinte e Sete Milhões, Novecentos e Vinte e Seis Mil, Quinhentos e Vinte e Dois Reais e Sessenta e Seis Centavos) refere-se aos recursos transferidos no dia 31/12/2023 para as disponibilidades da Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS da ação governamental HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL e MORADIA LEGAL referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	244.352.232,86	111.361.215,99
Ajustes de:	1.039.165,00	576.162,13
Depreciação e Amortização	1.039.165,00	576.162,13
Exercícios Anteriores no Patrimônio Líquido	-	-
Variação no Capital Circulante e Não Circulante	(117.464.876,19)	259.125.919,05
Aumento/Redução em Contas a Receber	(43.831,54)	(250.862,94)
Aumento/Redução em Antecipações a Empregados	(107.604,92)	(7.589,53)
Aumento/Redução em Tributos a Recuperar	299.768,56	(528.879,45)
Aumento/Redução em Despesas Antecipadas	(7.482,01)	(1.511,54)
Aumento/Redução em Estoque	1.488,31	(13.409,57)
Aumento/Redução em Obrigações Trabalhistas	137.140,06	32.768,42
Aumento/Redução em Obrigações Sociais	924.904,98	754.025,28
Aumento/Redução em Obrigações Tributárias	53.085,99	(25.905,44)
Aumento/Redução em Contas a Pagar	604.520,26	(1.268.308,87)
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	(361.702,48)	40.207,32
Aumento/Redução em Provisões Trabalhistas	1.005.707,71	1.108.913,51
Aumento/Redução em Subvenções de Investimento a Realizar	(120.255.739,08)	258.391.117,68
Aumento/Redução em Cauções a Restituir	88,81	(138,97)
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	294.780,16	895.493,15
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	127.926.522,67	371.063.296,77

Atividades de Investimento
A redução no Caixa da Atividade de Investimento no valor de R\$ 1.372.898,21 (Hum Milhão, Trezentos e Setenta e Dois Mil, Oitocentos e Noventa e Oito Reais e Vinte e Um Centavos) refere-se às aquisições de Bens Móveis e Utensílios e contratação de empresa especializada no desenvolvimento de Software.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Atividades De Investimento		
Aquisição/Venda de Imobilizado	(1.376.205,93)	3.764.022,32
Baixa de Imobilizado	3.307,72	13.968,28
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	(1.372.898,21)	3.770.990,60

Atividades de Financiamento
A redução no Caixa da Atividade de Financiamento no valor de R\$ 249.869.680,42 (Duzentos e Quarenta e Nove Milhões, Oitocentos e Sessenta e Nove Mil, Seiscentos e Oitenta Reais e Quarenta e Dois Centavos) refere-se aos valores pagos às construtoras da Fonte Orçamentária PROTEGE, cujo valores estão provisionado no Ativo Não Circulante – Longo Prazo na Conta Obras em Andamento, referente às construções de Unidades Habitacionais nos municípios goianos.

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Atividades de Financiamento		
Aumento/Redução Devedores com Vendas Compromissadas	68.092,95	47.204,48
Aumento/Redução Unidades Residenciais	-	430.814,01
Aumento/Redução Terrenos Edificações ou Urbanização	93.339,38	(136.289,60)
Aumento/Redução Outros Devedores	-	28.675,94
Aumento/Redução Tributos a Recuperar	(347.344,74)	581.406,00
Aumento/Redução em Obras em Andamento	(249.990.788,68)	(109.519.303,68)
Aumento/Redução em Créditos Vinculados Convênios	-	-
Aumento/Redução em Parcelamentos Federais	(79.943,59)	(392.856,37)
Aumento/Redução em Contingências Judiciais	389.964,28	2.529.092,17
(=) Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(249.869.680,42)	(106.433.257,05)

(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial **(123.316.055,96)** | **268.408.030,32** |

Saldo de Caixa Início do Exercício 430.008.483,87 161.600.453,55
Saldo de Caixa Final do Exercício 306.692.427,91 430.008.483,87

(=) Saldo de Caixa Final - Equivalente Caixa Inicial **(123.316.055,96)** | **268.408.030,32** |

A redução líquida nas Disponibilidades no Exercício Social de 2023 no valor de R\$ 123.316.055,96 (Cento e Vinte e Três Milhões, Trezentos e Dezesseis Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos) referem-se há dois fatores principais: Utilização dos Restos a Pagar contabilizados em Subvenção para Investimento e Contabilização dos valores em Obras em Andamento referente às construções das Unidades Habitacionais ação HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

26. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
e DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
26.1 Demonstração do Valor Adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela AGEHAB e sua distribuição durante determinado período, sendo requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às informações contábeis intermediárias para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza gerada por meio da RECEITA BRUTA (Alienação de terrenos, Receita Bruta de Serviços, Receita Ordinária, Receita de Subvenção Investimento e Outras Receitas, incluindo os tributos incidentes, pelos insumos adquiridos de terceiros (Custo e Despesas aplicadas, como energia, serviços de terceiros, depreciação/ amortização, consumo de materiais, provisão contingência e de liquidação duvidosa, receita financeira).

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	489.133.916,04	262.847.654,33
Receita de Alienação de Terrenos	2.086.157,32	2.560.000,00
Receitas Bruta de Serviço	4.526.544,61	3.637.993,37
Receita Ordinária Orçamentária	68.235.687,68	56.303.454,98
Receita Subvenção Econômica Investimentos	414.195.854,48	198.835.230,06
Outras Receitas	89.671,95	1.510.975,92

(-)-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS **185.477.991,54** | **114.753.346,98** |

Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros 174.761.232,13 105.850.001,30
Perda/Recuperação de Valores Ativos 753.435,52 721.939,13
Outras Despesas 9.891.190,64 8.035.879,30
Despesas Financeiras 72.123,25 145.527,25

(-)-VALOR ADICIONADO BRUTO **303.655.924,50** | **148.094.307,35** |

nas áreas de "governança e compliance" mediante ações de controles internos em sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial exercidos simultaneamente.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o monitoramento da movimentação ocorrida na conta em tela, mediante contrapartida de créditos registrados na Conta Única do Tesouro do Estadual de Goiás decorrente das subvenções recebidas para investimento em construção de unidades habitacionais atentando para sua regular liquidação e transferência na ocasião da entrega das obras gradualmente concluídas. Procedimento de revisão analítica e este de existência física no inventário constante do processo nº 202100031001188 efetuado em dezembro/2023 mediante cotejamento com os instrumentos contatuais pactuados com as construtoras encarregadas da execução de aludidas obras.

Como resultado dos procedimentos levados a efeito, constata-se que os controles internos exercidos sobre os valores contabilizados em Obras em Andamento, através das emissões das notas fiscais apropriadas por fonte de orçamentária conforme adiante:

	31/12/2023	31/12/2022
DESCRIÇÃO	R\$ 359.510.092,36	R\$ 109.519.303,68
Recurso Orçamentário Protege	R\$ 356.221.641,00	R\$ 105.974.062,99
Convênios Federais	R\$ 3.288.451,36	R\$ 3.545.240,69

Foram considerados como evidências suficientes para a validação dos referidos saldos.

ii) Subvenção de Investimentos a Realizar (Restos a Pagar)

Conforme descrito na nota explicativa nº 18, os valores registrados até o dia 31/12/2023 no total de R\$ 292.343.011,91 (Duzentos e Noventa e Dois Milhões, Trezentos e Quarenta e Três Mil, Onze Reais e Noventa e Um Centavos) grafados na Fonte Orçamentária Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás - PROTEGE GOIÁS para as ações governamentais HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, MORADIA LEGAL, GOIÁS ESCRITURAS, PARA TER ONDE MORAR referente aos contratos empenhados cumprindo o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, são contabilizados como uma "obrigação de fazer" no passivo exigível a longo prazo da AGEHAB para viabilizar o controle necessário nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, perfazendo um dos principais assuntos de auditoria (PAAs), principalmente por sua materialidade financeira e subsidiariedade por sua complexidade operacional.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o monitoramento da movimentação ocorrida na conta em tela, decorrente das subvenções recebidas para investimento em construção de unidades habitacionais em construção, atentando para sua regular liquidação e transferência para as Unidades Habitacionais Concluídas dos projetos e créditos em Estoque. Bem como da revisão analítica da contabilização das subvenções recebidas como receitas no resultado do exercício para aplicação em ativos próprios e sua apropriação e reconhecimento como receita ao longo do período da vida útil dos aludidos bens e na mesma proporção de sua depreciação de acordo com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Subvenção e Assistência Governamental (CPC 07 R1).

Movimentação	subtotal R\$	total R\$
Saldo de Subvenções Economicas Recebidas do Tesouro de Goiás em 31/12/2022		412.598.750,99
Despesas com Unidades Habitacionais em Construção	207.289.273,17	
Despesas com Aluguel Social	7.166.164,72	
Despesas com Regularização Fundiária	46.063,45	
Reversão de Despesa por Cancelamento de Empenhos	51.348.561,33	-265.850.062,67
Transferências recebidas do Tesouro Estadual dos Empenhos até 31/12/2023	145.594.323,59	
Saldo de Restos a Pagar em 31/12/2023		292.343.011,91

i) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Como divulgado em nota explicativa nº 22 a AGEHAB é parte envolvida no polo passivo em diversos processos de natureza cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração a opinião dos Assessores Jurídicos que patrocinam aludidas demandas judiciais.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e seus passivos contingentes, relativos a esses processos requer significativo grau de subjetividade no julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou a medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorreu neste exercício. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de Assessores Jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

✓ Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envio de cartas de circularização para os advogados na data-base de 31 de dezembro de 2023, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ(MF) diretamente junto aos "silios" dos diversos Tribunais, o registro de ações impetradas, por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos Assessores Jurídicos, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a serem consideradas. Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço

normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, notadamente a NBC TG 25(R2) e, se fornecer informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Empresa está envolvida.

Provisão para Passivos Contingentes	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Demandas em Processos Cíveis e Fisc	2.242.000,00	1.777.000,00
Provisão para Demandas em Processos Trabalhistas	2.627.957,91	2.705.993,63
Demanda Classificadas como de Provavel Perda	4.869.957,91	4.482.993,63

(Milhões, Centavos e Quarenta e Um, Quinze e Dezesseis Reais e Setenta e Três Centavos).

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada as causas em tramitação, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

V - OUTROS ASSUNTOS - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da AGEHAB é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, consistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

VI - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

A demonstração do valor adicionado (DVA), e referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração, e apresentada como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da AGEHAB. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

VII - RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA CORPORATIVA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da AGEHAB continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da AGEHAB são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

VIII - RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

✓ Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGEHAB.

✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se

concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGEHAB a não mais se manter em continuidade operacional.

✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

✓ Coligimos farta, apropriada e suficiente evidências de auditoria associadas às informações financeiras das entidades correlacionadas, bem como da natureza do negócio e objeto social da AGEHAB, propiciando-nos expressarmos uma opinião isenta e abalizada sobre aludidas demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e relatório da administração, e, conseqüentemente somos responsáveis pela direção, supervisão, execução e controle de qualidade no desempenho da auditoria, mesmo considerando que significativa parcela do trabalho foi efetuada remotamente, conseqüentemente somos responsáveis pela opinião de auditoria exarada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

XI - AUDITORIA DOS VALORES CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo Relatório de Auditoria Independente - RAI, foi emitido em 22 de março de 2023, sem modificação de opinião. Goiânia/GO, 12 de março de 2024.

AUDIMEC - AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O "S"GO - CNAI PJ 0029

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"GO

Sócio Sênior - CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"GO

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S"GO

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

CNAI 4850

APARTAMENTO 2 e 3/4 no parque industrial paulista próximo ao HUGO 2. Lazer completo. Aluguel negociável. Tel.: 4007-2717 / 98110-9880